



AUTORIZAÇÃO GERAL

AUTGER N° 018/2025

O Município de Arambaré, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31/08/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06/06/1990; o que determina a Lei Municipal 1.326, de 16/12/2009, que institui o Licenciamento Ambiental no Município de Arambaré; o que determina e dispõe a Resolução CONAMA N° 237/97, sobre o Licenciamento Ambiental e a Resolução CONSEMA N° 372/2018, que trata do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local; o que determina a Lei Municipal n° 1.883, de 01/10/2013, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental Simplificado e nos termos previstos pela Lei Municipal n° 1.396, de 26/05/2010, que trata da Política Municipal de Meio Ambiente; com base no **Processo Administrativo n° 1.926/2025, Protocolo n° 2.061/2025 e conforme Parecer Técnico n° 257/2025**, emitido pela equipe multidisciplinar da Gaia Sul Ambiental, CNPJ 08.598.828/0001-03, contratada pelo C. I. CENTRO SUL, no **Termo de Credenciamento n° 255/2023**, que presta serviços à Prefeitura Municipal de Arambaré, expede a presente **AUTORIZAÇÃO GERAL** à:

I- EMPREENDEDOR/EXECUTOR:

RAZÃO SOCIAL: Prefeitura Municipal de Arambaré

CNPJ: 90.152.950/0001-24

ENDEREÇO: Ormezinda Ramos Loureiro, 180 – Bairro Caramuru, Arambaré – RS

CEP: 96178-000

FONE: (51) 3676.1211

II- EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE

ATIVIDADE: Instalação Rede de Coleta da Microdrenagem Pluvial Urbana em vias públicas do Bairro Costa Doce, Município de Arambaré/RS.

ATIVIDADE DE IMPACTO LOCAL: CODRAM 3462,00 – DRENAGEM PLUVIAL URBANA

LOCALIZAÇÃO: Rua Manoel Evandro Xavier Pereira e Trechos das vias públicas Rua José Neres Gama, Rua Jacó Centeno, Rua Mario Mena Barreto e Rua Waldemar Eilert

ZONA: Urbana

EXTENSÃO TOTAL: 1.735,00 m

PORTE: Médio

POTENCIAL POLUIDOR: Médio

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Eng. João Paulo dos Santos Scmegel - CREA RS266348, Art N° 14087520

COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000/IBGE:

Início/ Montante: Latitude: -30.915015° e Longitude: -51.504211°

Final /Jusante: Latitude: -30.923572° e Longitude: -51.506615° - Posição Sul – Foz – Valo a céu aberto



III - JUSTIFICATIVA:

Considerando a necessidade de infraestrutura, a instalação da rede da microdrenagem pluvial projetada traz melhorias estruturais à cidade, adotando o princípio da precaução, segurança a vida, proteção ao patrimônio público, conservação e manutenção de obras de arte. A implantação da rede mitigará efeitos destrutivos de acumulação das águas de chuvas nas vias públicas, evitando incômodos à população.

IV- CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

3.1 – Ficam autorizadas as obras de instalação de rede da microdrenagem, para captar águas das chuvas na Rua Manoel Evandro Xavier Pereira e trechos das vias públicas da Rua José Neres Gama, Rua Jacó Centeno, Rua Mario Mena Barreto e Rua Waldemar Eilert, no Bairro Costa Doce, Município de Arambaré/RS, conforme o Memorial Descritivo e Projeto Executivo, na extensão de 1.735,0 m, para o escoamento das águas da chuva, que serão captadas pelas caixas coletoras, conectadas à tubulação, de acordo com a descrição e dimensionamento para a drenagem pluvial, com exutório para o canal a céu aberto destinado a coleta pluvial, para a Lagoa dos Patos, Arambaré-RS;

3.2 – A responsabilidade pelo projeto de execução das obras é do Engenheiro Civil **João Paulo dos Santos Scmegel - CREA RS266348, Art N° 14087520**;

3.3 – As obras devem ser executadas obedecendo o sistema de escoamento existente, com captação das águas de chuvas para a via pública consolidada, de acordo com o trend topográfico, visando as declividades projetadas;

3.4 – No caso de geração de excedentes de Material Mineral Classe II B, e Classe III, os mesmos poderão ser dispostos em outras estruturas do município, para serem utilizados em obras civis de interesse público, assim como na recuperação de áreas degradadas;

3.5 – Não é permitida a comercialização do material mineral removido, sendo que, no caso de geração, o mesmo deverá ser doado ou utilizado em obras públicas de interesse social, conforme prevê o §1º do artigo 3º do Decreto Lei Federal 227 de 28 de fevereiro de 1967, Código de Mineração;

3.6 – Os executores devem demarcar as áreas em que ocorrerão as intervenções, instalação da tubulação, estaqueamento da obra, sob responsabilidade da Secretaria do Planejamento com a emissão de ART, de execução durante a vigência desta autorização;

3.7 – Fica autorizado, caso necessário, a intervenção sobre vegetação nativa arbustiva ou exótica, no trecho de 700,42 m, para onde serão instaladas as caixas coletoras do pluvial (PVs). Caso ocorra a necessidade de exemplares arbóreos com DAP superior a 0,15m, altura do fuste 1,70 m e copa superior a 3,0 metros deverá ser emitida a autorização ambiental correspondente, para o manejo ou supressão pelo órgão municipal florestal;

3.8 – As intervenções sobre arbóreos nativos, de qualquer espécie, para a obra em questão, estão condicionadas à respectiva autorização ambiental, emitida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente;



- 3.9** – Todo o resíduo sólido gerado na operação da atividade deverá ser recolhido, diariamente, no final do expediente de trabalho e destinado, de acordo com a tipologia, em local devidamente licenciado, conforme a Lei Estadual 9.921/93 e Decreto Estadual nº 38.356/98;
- 3.10** – Todo e qualquer resíduo da construção civil (terra/areia/pedras ou RSCC/ou domésticos), gerados nas ações de limpeza nos trechos em que ocorrerão a intervenção, devem ser classificados, segregados e destinados, de acordo com a Resolução nº 307/2002, 348/2004 e 448/2012;
- 3.11** – Não será permitida a queima de resíduos de qualquer natureza no local;
- 3.12** – Todas as pessoas encarregadas da manutenção ou operação devem utilizar equipamentos de proteção individual (EPI), de acordo com as normas regulamentares do Ministério do Trabalho, principalmente, onde são utilizados equipamentos e utensílios com risco de acidentes;
- 3.13** – É de responsabilidade do município a fiscalização das obras de execução da Macro-drenagem pluvial, observando o cumprimento das normas e procedimentos constantes nos planos e projetos apresentados e aprovados, bem como as condicionantes impostas por esta Autorização Geral;
- 3.14** – Não será admitida a presença de menores de 18 anos no local de trabalho;
- 3.15** – Se forem utilizados outros materiais, para a execução da obras, que não forem extraídos do próprio local, estes devem ter origem autorizada ou licenciada junto ao órgão ambiental competente;
- 3.16** – A obra de execução deve ser acompanhada pelo responsável técnico devidamente habilitado para a execução com ART (anotação de responsabilidade técnica);
- 3.17** – É proibida a manutenção de equipamentos, sem o devido controle contra possíveis derrames de óleos, combustíveis, bem como o descarte de estopas, vasilhames e graxas nos locais de instalação e operação da obra;
- 3.18** – Deverão ser adotados sistemas de proteção ambiental, para evitar a dispersão ou derramamento dos materiais utilizados, evitando, assim, a contaminação do solo e das águas superficiais e/ou subterrâneas;
- 3.19** – As operações não poderão trazer transtornos à população do entorno e devem ser observadas as normas de segurança;
- 3.20** – Todos os operadores deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI);
- 3.21** – Os materiais que sobrarem ao final da obra deverão ser dispostos em local adequado e licenciado pelo Órgão Ambiental competente;
- 3.22** – O Município DEVERÁ dar publicidade a este documento, devendo informar o nº deste documento, prazo de validade e nome do órgão emissor, conforme padrões estabelecidos pelo órgão ambiental do Município;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARAMARÉ
Divisão de Fiscalização e Licenciamento Ambiental - DFLA
Fone/fax (51) 3676.2521 - Ramal 228



3.23 – Quanto a validade da AUTORIZAÇÃO:

A autorização será válida pelo período de 12(doze) meses, após a emissão desta autorização.


Aramaré, 10 de novembro de 2025.


Maria Ubaiana F. Antunes
Licenciadora Ambiental
CREA-RS 068542
Prefeitura Municipal de Aramaré - RS

Maria U. Ferreira Antunes
Licenciadora Ambiental
Matrícula nº 2278-0


Iago Kielermann
Prefeito
Município de Aramaré - RS

Iago Kielermann
Prefeito Municipal


Marlon Heitor Kunst Valentini
Diretor Mun. de Meio Ambiente
e Agricultura

Marlon Heitor Kunst Valentini
Diretor de Agricultura e
Meio Ambiente

PARECERISTAS:

Gaia Sul Ambiental – CREA-161135 /ART nº 2023/10.600